

# EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

---

Aline Ferreira Antunes  
(Organizadora)



# EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

---

Aline Ferreira Antunes  
(Organizadora)



**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais  
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein  
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Livia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz  
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie  
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

# Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 3

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecária:** Janaina Ramos  
**Diagramação:** Luiza Alves Batista  
**Correção:** Giovanna Sandrini de Azevedo  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Aline Ferreira Antunes

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E64 Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 3 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-853-3

DOI 10.22533/at.ed.533210803

1. Epistemologia. 2. Ciências Humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 121

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

## APRESENTAÇÃO

A obra apresenta pesquisas em andamento e concluídas em diversas regiões do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Roraima, Amazonas e São Paulo, além de uma pesquisa em Córdoba, trazendo amplas discussões sobre os mais diversos temas: educação, geografia agrária, gênero, saúde, higiene, moda, direito e religião.

O segundo volume traz pesquisas principalmente nas áreas de educação, gênero e religião. Do capítulo 1 ao 7 temos textos que discutem a educação brasileira em diversos aspectos: a alfabetização não escolar (Capítulo 1), o papel do coordenador pedagógico na educação infantil (Capítulo 2), as políticas de expansões das Instituições de Ensino Superior (IFEs) no capítulo 3.

Os capítulos 7 e 8 fazem a ligação deste tema com pesquisas dedicadas à temática gênero, trazendo discussões sobre uma educação voltada à sexualidade e de uma educação inclusiva a partir da problematização do conceito de gênero.

O capítulo 9 é dedicado ao estudo da presença feminina nas Forças Armadas. Temos também um capítulo dedicado à abordagem da construção da identidade profissional de gestoras (capítulo 10), a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais inviabilizadas na medicina (Capítulo 11). O capítulo 12 por sua vez traça uma historicidade da homossexualidade desde a pré-história problematizando as interpretações a respeito do termo.

Do capítulo 13 em diante temos discussões mais próximas da religião com pesquisas que problematizam o gênero e a religião como marcadores históricos (Capítulo 13), o aconselhamento pré-nupcial (Capítulo 14), a iconoclastia da religião ocidental a partir de Gilbert Durant (Capítulo 15) e a educação cristã segundo a *Divini Illius Magistri* (Capítulo 16).

O volume II da obra “Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas 2” conclui com um capítulo de autoria de Ana Paula Dias e Isamara Freire a respeito da modelagem contemporânea e as técnicas de tricô a partir de lã reciclada e fios 100% de lã voltadas ao vestuário feminino.

O terceiro volume é dedicado a temas mais diversificados, trazendo pesquisas nas áreas de ciências agrárias e geografia, história (patrimônio, urbano) e saúde (corpolatria, enfermagem, medicina).

O primeiro capítulo dedica-se a explorar as políticas públicas na agricultura camponesa, já o segundo trata da recamponização no Vale do Jauri. Também encontramos um capítulo dedicado à explorar o cultivo monocultural (plantio de uma só cultura) transgênica, fundamentado nas discussões de Capra e Morin.

O capítulo 4 por sua vez, de autoria de Rogério da Silveira, aborda novos métodos de pensar a gestão metropolitana. Em seguida temos uma discussão sobre interdisciplinaridade no campo da economia política a partir da epistemologia da palavra.

O capítulo 6 demonstra o compromisso da Atena Editora em estabelecer relações internacionais, um texto em língua estrangeira (espanhol) dedicado à exploração da fronteira interétnica no sul de Córdoba, dos autores argentinos Ernesto Olmedo e Marcela Tamagnini.

O capítulo 7, Tensões entre governo e terceiro setor no Brasil - uma análise do discurso midiático aborda as políticas públicas que envolvem o 3º setor.

O oitavo capítulo do livro dedica-se ao estudo da integração da América do Sul e o meio ambiente na região amazônica por meio de um método qualitativo bibliográfico-documental para analisar as construções das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, em Roraima.

Os capítulos 9 a 11 abordam discussões sobre a preservação do espaço urbano, um versa sobre o edifício Caiçara em Recife, outro trata dos jardins românticos do início do século passado na cidade de Vitória, especificamente o parque Moscoso e a praça João Clímaco e o último retrata a paisagem urbana nas construções do entorno da Escola Técnica de São Paulo.

O capítulo 12 e 13 tratam de pesquisas desenvolvidas no Rio de Janeiro, porém com recortes temporais e espaciais diferentes. Enquanto um trata de uma pesquisa sobre as tradições medicinais da comunidade quilombola de Cruzeiroinho (Rio de Janeiro), outra trata da higiene pública na cidade de Rio de Janeiro à época do Império, por meio de uma pesquisa histórico documental.

Os capítulos seguinte investigam questões relacionadas à saúde. Em “Os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem” e “Resistência emocional e empoderamento no salvar vidas: experiências de um enfermeiro emergencista no SAMU”, podemos ler pesquisas que problematizam e relatam a importância da enfermagem, capítulos altamente atrelados ao atual momento de enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19.

O penúltimo capítulo da obra trata dos padrões de beleza reforçados pelas mídias digitais com foco nos conceitos de Corpolatria e refletindo sobre as Histórias em Quadrinhos (HQs) da Turma da Mônica e as representações do corpo nesta mídia específica.

O último capítulo da obra trata da surdez unilateral trazendo embasamentos jurídicos sobre o assunto.

Aline Ferreira Antunes

## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

A GEOGRAFIA AGRÁRIA E O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA CAMPONESA

Elton Oliveira da Silva

Aníbal Simões Filho

**DOI 10.22533/at.ed.5332108031**

### **CAPÍTULO 2..... 13**

RECAMPONEIZAÇÃO DO VALE DO JAURI: ESTRATÉGIAS GERACIONAIS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA

Adelma Ferreira de Souza

Eonilson Antonio de Lima

**DOI 10.22533/at.ed.5332108032**

### **CAPÍTULO 3..... 39**

DEMANDAS SOCIAIS: O CULTIVO MONOCULTURAL TRANSGÊNICO E A CIÊNCIA DO LUCRO

Maria Paula da Rosa Ferreira

Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra

**DOI 10.22533/at.ed.5332108033**

### **CAPÍTULO 4..... 43**

SUBJETIVIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR A GESTÃO METROPOLITANA!

Rogério Zanon da Silveira

**DOI 10.22533/at.ed.5332108034**

### **CAPÍTULO 5..... 54**

INTERDISCIPLINARIDADE EM CIÊNCIAS HUMANAS E DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA ECONOMIA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Luccas Bernacchio Gissoni

**DOI 10.22533/at.ed.5332108035**

### **CAPÍTULO 6..... 63**

LA FRONTERA INTERÉTNICA EN EL SUR DE CÓRDOBA HACIA FINES DEL SIGLO XVIII: FORTIFICACIONES Y FUERZAS DEFENSIVAS

Ernesto Olmedo

Marcela Tamagnini

**DOI 10.22533/at.ed.5332108036**

### **CAPÍTULO 7..... 76**

TENSÕES ENTRE GOVERNO E TERCEIRO SETOR NO BRASIL - UMA ANÁLISE DO DISCURSO MUDIÁTICO

Sandro Reis Rocha Barros

Alessandra Rocha Melo

Eliana Crispim França Luquetti

DOI 10.22533/at.ed.5332108037

**CAPÍTULO 8..... 98**

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL E O MEIO AMBIENTE NA REGIÃO AMAZÔNICA: A IIRSA-INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA

Felipe Sanches Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.5332108038

**CAPÍTULO 9..... 116**

COMBATEU O BOM COMBATE, ACABOU A CARREIRA E GUARDOU A FÉ: REFLEXÕES SOBRE O EDIFÍCIO CAIÇARA

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

José Nilson de Andrade Pereira

DOI 10.22533/at.ed.5332108039

**CAPÍTULO 10..... 129**

O PARQUE MOSCOSO E A PRAÇA JOÃO CLÍMACO EM VITÓRIA – ES: JARDINS ROMÂNTICOS DO INICIO DO SÉCULO XX

Nelson Pôrto Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.53321080310

**CAPÍTULO 11 ..... 141**

PAISAGEM URBANA DAS CONSTRUÇÕES NO ENTORNO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DIALÓGICA

Rosio Fernandez Baca Salcedo

Caroline Daiane Alves

DOI 10.22533/at.ed.53321080311

**CAPÍTULO 12..... 153**

INSPIRAÇÕES PARA A QUÍMICA DE PRODUTOS NATURAIS NAS TRADIÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZEIRINHO-RJ, BRASIL

Vitoria do Carmo Frejoli

Juliana Baptista Simões

DOI 10.22533/at.ed.53321080312

**CAPÍTULO 13..... 164**

HIGIENE PÚBLICA E A INSPEÇÃO DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1861-1873)

Vinicius Teixeira Santos

DOI 10.22533/at.ed.53321080313

**CAPÍTULO 14..... 174**

OS RISCOS ERGONÔMICOS NO COTIDIANO DAS EQUIPES DE ENFERMAGEM

Beatriz Botelho de Andrade

Leila de Fátima Santos

Lilian Machado Torres

DOI 10.22533/at.ed.53321080314

<b>CAPÍTULO 15.....</b>	<b>186</b>
RESISTÊNCIA EMOCIONAL E EMPODERAMENTO NO SALVAR VIDAS: EXPERIÊNCIAS DE UM ENFERMEIRO EMERGENCISTA NO SAMU	
Paula dos Santos Andrade Ferreira	
Leonardo de Jesus dos Santos	
Adernilson Queiroz Alves	
<b>DOI 10.22533/at.ed.53321080315</b>	
<b>CAPÍTULO 16.....</b>	<b>195</b>
A UTILIZAÇÃO DE HQS EM PESQUISAS ACADÊMICAS: UM ESTUDO SOBRE A CORPOLATRIA PRESENTE EM GIBIS DA TURMA DA MÔNICA	
Aline Ferreira Antunes	
Flávia Cristina Paniago	
<b>DOI 10.22533/at.ed.53321080316</b>	
<b>CAPÍTULO 17.....</b>	<b>209</b>
A SURDEZ UNILATERAL E O MODELO SOCIAL DE INTERPRETAÇÃO DA DEFICIÊNCIA ANTE AO ARTIGO 37, VIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES	
Lara Maria da Frota	
Carlos Eduardo Ferreira Aguiar	
Wellington Aguiar Ponte Filho	
Patrícia Alves de Sousa	
Betânea Moreira de Moraes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.53321080317</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA.....</b>	<b>218</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>219</b>

# CAPÍTULO 9

## COMBATEU O BOM COMBATE, ACABOU A CARREIRA E GUARDOU A FÉ: REFLEXÕES SOBRE O EDIFÍCIO CAIÇARA

*Data de aceite: 01/03/2021*

**Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega**

<http://lattes.cnpq.br/7085859535655335>

**José Nilson de Andrade Pereira**

<http://lattes.cnpq.br/3914585468096116>

**RESUMO:** Em abril de 2016 o Edifício Caiçara, situado à beira mar da cidade do Recife /PE, Brasil, foi demolido, dando fim a um processo que teve início no ano de 2011 quando a cidade acompanhou, principalmente através das redes sociais, a tentativa de integrantes da sociedade civil de instituir a sua preservação. Construído em 1940, o edifício tornou-se referência para aqueles que habitaram o bairro de Boa Viagem a partir de sua construção, configurando na sua polêmica arquitetura, uma forma de morar característica de habitantes e veranistas da praia de Boa Viagem na sua época de construção. Diante da polêmica lançada e do desfecho do processo de discussão sobre a preservação, que culminou com a sua demolição, através deste artigo apresenta-se aspectos das atuais normativas referentes à preservação do patrimônio construído do Recife, e discute-se o caso à luz da Recomendação Sobre as Paisagens Históricas Urbanas (UNESCO, 2011), da Declaração de Sofia (ICOMOS, 1996) e dos conceitos que tangem a Identidade Cultural (Hall, 2006). Levanta-se assim, através das abordagens referenciadas, a existência de

um descompasso temporal e conceitual entre a normatização vigente e os conceitos que abordam a preservação do patrimônio cultural nos processos de preservação do patrimônio construído na cidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paisagem, Patrimônio Histórico, Patrimônio Cultural.

**IT FOUGHT THE GOOD FIGHT, ENDED ITS CAREER AND KEPT THE FAITH. REFLECTIONS ON EDIFÍCIO CAIÇARA**

**ABSTRACT:** On April 2016, Edifício Caiçara, a beachfront property in the city of Recife, in the Brazilian State of Pernambuco, was demolished, bringing to a close a process that began in 2011, when members of civil society attempted, principally through social networks, to ensure its preservation as cultural heritage. Constructed in 1940, the building became from the outset a point of reference for those living in the Boa Viagem neighborhood, with its controversial architecture reflecting the characteristic way of living of residents and beach home owners at the time. In view of the controversy and the outcome of the discussions regarding preservation of the building, which culminated in its demolition, the present article outlines a number of aspects of Recife's current built heritage preservation code, and discusses the case of Edifício Caiçara in the light of the Recommendation on Historic Urban Landscapes (UNESCO, 2011), of the Sofia Declaration (ICOMOS, 1996) and concepts relating to Cultural Identity (Hall, 2006). The approaches referenced, which relate to aspects of the controversy surrounding the attempt to

preserve Edifício Caiçara, suggest that the concepts underlying the preservation of the built cultural heritage of the city of Recife are out of step with current norms.

**KEYWORDS:** Landscape, Historic Buildings, Cultural Heritage.

## 1 | POLÊMICAS EM TORNO DA PRESERVAÇÃO DO EDIFÍCIO

Em 7 de abril de 2016 o Edifício Caiçara, situado na Avenida Boa Viagem, à beira mar da cidade do Recife foi definitivamente demolido, dando fim a um processo que teve início no ano de 2011 quando a cidade acompanhou, principalmente através das redes sociais, a tentativa de integrantes da sociedade civil de instituir a sua preservação como um bem cultural. Construído em 1940, o edifício tornou-se referência para aqueles que habitaram o bairro de Boa Viagem a partir de sua construção, configurando na sua polêmica arquitetura, uma forma de morar característica de habitantes e veranistas da praia de Boa Viagem na sua época de construção (ver figura 01).

Diferentemente de alguns bairros do Recife, que abrigam sítios históricos, cujos adensamentos remetem ao processo de formação de origem colonial e, apesar de ter sua primeira ocupação marcada pela construção da Igreja de Boa Viagem, datada de 1709, Boa Viagem iniciou seu adensamento construtivo principalmente ao longo do século XX. O bairro assistiu seu primeiro período de grande ocupação urbana, após a construção em 1924 na Avenida Boa Viagem, da (já extinta) linha de bonde, que ligava este balneário ao Centro da cidade.

Ao longo da Avenida Boa Viagem, também construída no ano de 1924, pelo então governador Sérgio Loreto, foram primeiramente erguidos casas e edifícios de poucos pavimentos, que constituíram elementos de uma paisagem que passou a ser, paulatinamente, transformada e renovada pela substituição das edificações existentes por edifícios cada vez mais verticalizados, na medida em que o bairro passou a ter seus terrenos cada vez mais valorizados no mercado imobiliário local. O edifício Caiçara, assim como outros poucos exemplares de sua época, resistiu até este princípio do século XXI à forte especulação imobiliária presente neste processo de verticalização.



Figura 01. Vista da fachada frontal do Edifício Caçara em 2011, quando do início das discussões sobre a sua preservação. Fonte: fotografia Nani Azevedo.

Considerado um edifício diferente do padrão construtivo da cidade, sua tentativa de preservação lançou polêmica e questionamentos no meio arquitetônico, pois, muitos profissionais da área da arquitetura questionavam sua importância como objeto de preservação; tanto por não se constituir exemplar de uma arquitetura original, ou exemplar do Movimento Moderno praticado na cidade em sua época, nem tão pouco ser um original antigo, representativo da formação colonial da cidade ou de séculos posteriores (XVIII ou XIX). Para muitos, o edifício não passava de um exemplar de “revista”, por reproduzir modelos arquitetônicos que ilustravam tipos arquitetônicos europeus (para alguns, de gosto duvidoso).

Essa polêmica arquitetura neocolonial era, contudo, o motivo de ser o edifício tão querido por aqueles que defendiam a sua preservação, pois, representava através do funcionamento da sua arquitetura uma forma de moradia da sua época. Constituíam-se de dois blocos separados (ver figura 02) onde: o primeiro bloco, frontal, com fachada simétrica pontuada por uma torre de acesso cilíndrica, abrigava as áreas sociais, íntimas, cozinhas e amplas varandas (que reverenciavam as antigas casas de veraneio – ver figura 03) dos seis apartamentos. Este bloco possuía portas e janelas desenhadas e revestimento (colocado posteriormente à sua construção) em pastilhas sortidas. Pontuava à sua maneira a paisagem da Avenida Boa Viagem, constituindo-se referência para aqueles que conheciam ou vivenciaram a história da praia, chegando a figurar como cenário cinematográfico (Filme *América Au Poivre* (1995) de Nelson Caldas Filho e Sérgio Oliveira), constituir a imagem de cartaz de um festival cinema (ver figura 04) e recentemente, não apenas o bloco frontal,

mas toda edificação, servir de referência para o filme *Aquarius* de Kleber Mendonça Filho, filmado no edifício Oceania, também situado na avenida Boa Viagem:

(...) “O primeiro roteiro foi escrito para o Caiçara, alguns metros ao sul do Oceania. Já estava pronto quando tratores o deixaram semi-demolido. Aquele aspecto de construção bombardeada foi uma perda para o Recife e uma perda para o filme. Mas, quando vi o Oceania, me pareceu a opção óbvia. Ele é horizontal e fotografa muito bem. Com os prédios altos atrás dele, traz a ideia instantaneamente que tentamos passar.

Ele era nossa última chance, porque o mercado extinguiu qualquer outra forma antiga de se morar na praia. Ele é um prédio que pensa que é casa. Você, em 2016, vem caminhando no calçadão e adentra, sem precisar passar por uma guarita, sem aquele sentimento de penitenciária. Com uma chave, abre a porta de madeira (original e já está na escada)” (Kleber Mendonça Filho, diretor de *Aquarius*, em entrevista para o jornal *Folha PE* em 18/09/2016).

Já o segundo bloco (ver figura 05), situado nos fundos do terreno, era constituído de garagens térreas e quartos de serviços de cada apartamento no primeiro pavimento. Uma herança das construções coloniais, onde havia uma separação das áreas sociais e serviço da casa.



Figura 02. Vista superior do Edifício Caiçara onde é possível visualizar os dois blocos, o frontal e o de fundos. Fotografia: Nani Azevedo, 2011.



Figura 03. Varanda de um dos apartamentos. Fotografia: Nani Azevedo, 2011.



Figura 04. Cartaz do festival de cinema denominado "VIII Janela Internacional de Cinema do Recife", apresentando o Edifício Caiçara parcialmente demolido, quando foi iniciada e logo após suspensa uma primeira demolição em 2013. Fonte: [www.ancine.gov.br](http://www.ancine.gov.br).



Figura 05. Vista do segundo bloco, situado nos fundos do terreno, constituído de garagens térreas e quartos de serviços de cada apartamento no primeiro pavimento. Fotografia: Nani Azevedo, 2011.

Vale ressaltar que abrigar excentricidades arquitetônicas como o Caiçara - amadas por uns e odiadas por outros - fez parte do processo de ocupação dos lotes lindeiros à referida avenida, que abrigou edificações como a já demolida casa denominada de “Navio”, a preservada casa conhecida por “Castelinho” e tantas outras edificações que importaram detalhes da arquitetura europeia (ver figura 06). Essas edificações, em sua época, passaram a constituir a identidade do lugar. Sobre esse aspecto que tange a representação formal do bem cultural enquanto bem representativo de uma identidade, que neste caso, trata da edificação e as suas distintas manifestações simbólicas, Hall (2006, p. 71) argumenta que:

(...) a identidade está profundamente envolvida no processo de representação. Assim, a modelagem e a remodelagem de relações espaço-tempo no interior de diferentes sistemas de representação têm efeitos profundos sobre a forma como as identidades são localizadas e representadas. O sujeito masculino, representado nas pinturas do século VIII, no ato de inspeção de sua propriedade, através das bem-reguladas e controladas formas espaciais clássicas, no crescente georgiano (Bath) ou na residência de campo inglesa (Blenheim Palace), ou vendo a si próprio nas vastas e controladas formas da Natureza de um jardim ou parque formal (Capability Brown), tem um sentido muito diferente de identidade cultural daquele do sujeito que vê a “si próprio/a” espelhado nos fragmentados e fraturados “rostos” que olham dos planos e superfícies partidos de uma das pinturas cubistas de Picasso. Todas as identidades estão localizadas no espaço e tempo simbólicos (grifo nosso).

Elas têm aquilo que Edward Said chama de suas “geografias imaginárias” (Said, 1990): suas “paisagens” características, seu senso de “lugar”, de “casa/lar, ou heimat. Bem como suas localizações no tempo (...).



Figura 06. Aspectos e detalhes da arquitetura europeia presentes nas edificações situadas ao longo da Avenida Boa Viagem no princípio do século XX, quando ainda existiam os trilhos de bonde. Fonte: [www.eucurtoorecife.com.br](http://www.eucurtoorecife.com.br).

## 2 | IDENTIDADE CULTURAL E MUDANÇAS DE PARADIGMAS

Por estarem fora dos perímetros de preservação instituídos de acordo com a normatização vigente sejam na instância federal, estadual ou municipal, as discussões levantadas em torno da preservação do edifício Caiçara, assim como outras edificações da cidade do Recife como o Casarão do Cordeiro, o Clube Líbano e a já demolida Padaria Capela, constituem tema relevante que mobiliza tanto as instituições de preservação como parte da sociedade civil, na tarefa de guardar para próximas gerações, elementos representativos do processo de formação da cidade ou aqueles que defendem a destruição do antigo para dar lugar à novas estruturas. Para Sechi (2006, p. 66) a dicotomia preservar/renovar manifesta as contradições da sociedade contemporânea quando trata das estruturas antigas: “por um lado, com o desejo de destruí-lo em nome do novo, no qual a contemporaneidade se explicita completamente; e, por outro lado, com a nostalgia de um passado no qual só nele mesmo parece possível reconhecer as identidades individuais e coletivas”.

Uma chave para entender o significado da preservação nos dias atuais, ou ao menos nos países em que a prática da preservação do patrimônio construído é um fato consolidado é investigar primeiramente o conceito de identidade cultural; neste caso, quais as edificações e/ou elementos urbanos e paisagísticos que contribuíram para a formação da identidade do lugar? Pois, deve-se compreender primeiramente que o ato de preservar ou mesmo conservar as estruturas urbanas no mundo contemporâneo (e globalizado) deixou de ser dirigido apenas para os monumentos ou edifícios icônicos. Ao ato de se preservar foram incorporados valores sociais e culturais específicos de cada lugar. Preserva-se não apenas uma edificação, neste caso, mas, um bem cultural a serviço das gerações futuras – incorporam-se assim os conceitos de cultura e sustentabilidade no ato da preservação.

Esta mudança de paradigma, que transforma o olhar sobre o significado do bem a ser preservado é claramente percebido ao longo de discussões e documentos tutelados através de cartas e recomendações da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), em passagens como a que segue, referenciada pelo documento denominado *Recomendações Sobre a Paisagem Histórica Urbana*:

Nos últimos cinquenta anos, a conservação do patrimônio urbano tem surgido como um importante sector da política pública em todo o mundo. É uma resposta à necessidade de preservar os valores partilhados e beneficiar do legado da história. No entanto, a mudança de ênfase dos monumentos arquitetônicos em direção, sobretudo, a um reconhecimento mais amplo da importância dos processos sociais, culturais e econômicos na conservação dos valores urbanos deve ser acompanhada de uma propensão para a adaptação das políticas existentes e criação de novas ferramentas no intuito de concretizar esta visão.

Esta Recomendação está orientada para a necessidade de uma melhor integração e enquadramento das estratégias de conservação do patrimônio urbano no âmbito dos objetivos mais abrangentes do desenvolvimento sustentável global, a fim de apoiar ações públicas e privadas que visam preservar e melhorar a qualidade do ambiente humano. Sugere uma abordagem paisagística para a identificação, conservação e gestão de áreas históricas dentro dos seus contextos urbanos mais amplos, considerando as inter-relações das suas formas físicas, a sua organização e conexão espacial, as suas características e espaços naturais, e os seus valores sociais, culturais e econômicos (UNESCO, *Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana*, 2011).

Assim, talvez aqueles que não defenderam a preservação do Caiçara não tenham percebido que o olhar sobre os processos que levam a preservação e conservação de bens culturais evoluiu e foi transformado ao longo dos anos. Hoje, a identificação do patrimônio construído, cada vez mais é orientada sob as premissas da sustentabilidade urbana e do reconhecimento da identidade cultural. Agrega novos valores, além daqueles que nortearam a instituição das 33 Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (as ZEPH segundo Lei Municipal nº 13.957/1979), ou mesmo, daqueles que instituiu (de forma

inovadora) os Imóveis Especiais de Preservação (IEP segundo a Lei nº 16.284/1997) em anos anteriores, quando a pauta da preservação do patrimônio construído constituía uma política municipal.

Através deste novo olhar contemporâneo, elementos representativos das identidades culturais são preservados. Preservam-se não apenas excelências arquitetônicas (apesar das excelências serem também importantes), mas exemplares que relatam não apenas a história de dada sociedade, mas os seus valores sociais e culturais e sua importância para identidade do lugar.

A História ensina e as transformações sociais decorrentes de seu dinamismo permitem constatar que o conceito de patrimônio cultural se encontra em constante processo de evolução. Em consequência, a conservação dos testemunhos tangíveis e intangíveis do passado não constitui apenas uma questão de juízo atico e estético, mas também um tema de atuação prática. Isto implica que não mais se aceite a idéia de que a doutrina da conservação seja estática e, doravante, sejamos convocados a considerar o patrimônio cultural em função do contexto geral, levando-se em conta a diversidade e a especificidades das culturas (ICOMOS, Declaração de Sofia, 1996).

A instituição dos Imóveis Especiais de Preservação – IEP – em 1997, na legislação urbana do Recife, criou as condições para preservação do Edifício Caiçara. Diferentemente dos sítios históricos definidos como Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico e Culturais – ZEPH – instituídos na legislação urbana municipal desde o início da década de 80 e protegidos em seu contexto, os IEPs são definidos como peças isoladas, despregadas do seu ambiente e consideradas significativas para preservação da memória urbana pelos seus valores históricos, culturais e/ou simbólicos.

Os estudos que resultaram na criação dos imóveis especiais focavam as manifestações materiais de significância artístico-cultural, com referência para um bairro ou para uma comunidade, localizado nos territórios em que já se verificava certo grau de fragmentação seja pela superposição de princípios formais construtivos de diversas épocas e procedências, seja pelo resultado da aplicação das normas e posturas traduzidas nas legislações urbanísticas municipal, caracterizadas, assim, pela heterogeneidade dos tipos edilícios. (Pereira, 2009, pg. 27). Foram relacionados imóveis nas diversas linhas estilísticas que constituíram a cidade e o seu estudo e seleção envolveu tanto arquitetos, historiadores como os proprietários dos imóveis. A seleção final submetida ao Conselho de Desenvolvimento Urbano amplia a representatividade social na instituição do instrumento de preservação.

No contexto dessa lei, é permitida a construção de novas edificações nos terrenos nos quais estão implantados os imóveis preservados, salientando que tais conceitos refletem uma preocupação dos institutos de preservação do patrimônio construído e de arquitetos e urbanistas no sentido de garantir a salvaguarda de exemplares em áreas de forte interesse do mercado imobiliário. O edifício Caiçara, malgrado as condições institucionais criadas

pela sua preservação, não figurou na relação dos imóveis identificados nos estudos iniciais do IEP nem tampouco teve êxito em tentativas posteriores de incluí-lo nessa relação.

A demolição do edifício Caiçara, portanto, demonstra o quanto a prática da preservação trafega, nos dias atuais, numa via de mão dupla: onde, ao mesmo tempo em que os valores e conceitos que regem as normativas da preservação no Recife são questionados por parcela da sociedade civil que, por um lado, querem preservar; por outro lado, andam aqueles que são os proprietários dos imóveis que vivem em um sistema onde o valor da edificação está, no Recife, atrelado unicamente as regras determinadas pelo mercado imobiliário e não por seu valor cultural.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Preservar, no sistema de troca imobiliária atual, regidos pelos elevados potenciais construtivos estabelecidos na legislação urbanística e pela ausência de instrumentos e incentivos à preservação do patrimônio construído, significa não atribuir ao edifício a ser preservado, um justo valor econômico de troca. O edifício Caiçara bem exemplifica essa questão. Na mesma avenida outros imóveis, da mesma época, tornaram-se valorizados economicamente por estarem situados em área nobre da cidade e possibilitaram, a partir da venda de seus terrenos, a construção de edificações de dezenas de pavimentos, favorecendo um processo de renovação urbana do lugar. O tombamento ou a preservação do Caiçara automaticamente lhe negaria este valor econômico de troca – motivação das pejejas judiciais que o acompanharam até sua demolição final em 2016 (figuras 07 e 08).



Figura 07. Registro do estado primeira tentativa de demolição do Edifício Caiçara em 2011, suspensa através de decisão judicial. Fotografia: Maria de Lourdes Nóbrega.



Figura 08. Registro da demolição do Edifício caiçara em 07 de abril de 2016. Fotografia: Maria de Lourdes Nóbrega.

Esta lógica de valores atribuídos aos imóveis age de forma perversa às edificações com potencial cultural ou referência para uma comunidade, contribuindo assim para o desaparecimento do patrimônio das cidades, muitos são demolidos (antes que possíveis especulações em torno da sua preservação ocorram), deixa-se o terreno vazio para trocas futuras, ou mesmo para abrigar estacionamentos (uso considerado mais rentável que a manutenção do imóvel antigo).

Esta mesma desvalorização econômica, que paira sobre o possível tombamento de um imóvel, atinge também aqueles já preservados, agindo em forma de degradação em muitas áreas instituídas como zonas de preservação, e o Centro do Recife, que assiste a não conservação dos seus principais conjuntos urbanos, ou mesmo a não instituição de áreas que poderiam ser preservadas, exemplifica este descompasso entre valor econômico e valor cultural de um bem.

Nos últimos cinquenta anos, a conservação do patrimônio urbano tem surgido como um importante sector da política pública em todo o mundo. É uma resposta à necessidade de preservar os valores partilhados e beneficiar do legado da história. No entanto, a mudança de ênfase dos monumentos arquitetônicos em direção, sobretudo, a um reconhecimento mais amplo da importância dos processos sociais, culturais e econômicos na conservação dos valores urbanos deve ser acompanhada de uma propensão para a adaptação das políticas existentes e criação de novas ferramentas no intuito de concretizar esta visão (UNESCO, Recomendações sobre a Paisagem Histórica Urbana, 2011).

Quais novas ferramentas e práticas que poderiam ser criadas para que haja a real conservação do patrimônio histórico construído da cidade do Recife? Esta é a questão que

precisa estar na pauta do cotidiano de uma cidade que instituiu suas áreas de preservação em 1979 / 80, na vanguarda do pensamento preservacionista da época, e que chegou a instituir 33 zonas especiais de preservação. Sítios inteiros foram entendidos como áreas que deveriam ter suas edificações externamente preservadas. Estas áreas estão aí resistindo aos fortes apelos da especulação imobiliária e enfrentando processos de degradação.

Ao mesmo tempo, 36 anos se passaram e de lá pra cá a única intenção de preservação através de uma normativa foi a lei que instituiu a preservação de alguns edifícios isolados em 1997, a chamada lei do IEP (Imóveis Especiais de Preservação). A história que poderia ser contada através da arquitetura da cidade dia a dia aparentemente parou aí. Perde-se nesta lacuna a chance de se compreender o patrimônio cultural do Recife à luz dos conceitos e definições contemporâneos como os que compõem, por exemplo, a Recomendação sobre as Paisagens Históricas Urbanas (UNESCO, 2011)

Assim, sem uma política (de curto, médio e longo prazo) de preservação e conservação do patrimônio histórico existente e sem colocar a preservação e a conservação do seu patrimônio nas pautas das discussões, o Recife assiste a cada dia as áreas de patrimônio perderem seu valor econômico. O patrimônio edificado da cidade que deveria ser um bem de altíssimo valor, a ser deixado como herança para gerações futuras passou, em sua grande maioria, a não ter valor de troca e conseqüentemente passou a se degradar por total falta de interesse de muitos proprietários em manter algo sem valor econômico, a ser demolido (intencionalmente para que possa gerar recursos) ou ser vendido e, conseqüentemente demolido, como foi o caso do Caiçara.

Neste sentido, o caso do Edifício Caiçara conta por si esta história da preservação na cidade do Recife, pois ela traduz a história de muitas outras edificações. Sua trajetória apresenta-se como um marco de um processo, que tem início sob o apelo da parcela da sociedade civil, que na contemporaneidade expõe seu desejos e anseios nos canais das redes sociais, e a partir das discussões geradas nesta nova plataforma de debates foram expostas as fragilidades e lacunas que permeiam as práticas da preservação na cidade. Mesmo resumido a entulhos, pode-se dizer que o Caiçara “combateu o bom combate, acabou a carreira e guardou a fé” (II Timóteo 4:6 – 7 ). A fé que os processos que acompanham a preservação e a conservação urbana na cidade do Recife sejam discutidos e reavaliados à luz dos novos conceitos que tangem a sustentabilidade urbana e os novos olhares sobre as identidades culturais do lugar.

\* \* \*

## REFERÊNCIAS

BIBLIA. II Timóteo 4:6 – 7 em [www.biblionline.com.br](http://www.biblionline.com.br). Acesso 20 de agosto de 2016.

CALDAS FILHO, Nelson; OLIVEIRA, Sérgio. **América Au Poivre**. Filme. Brasil: Hot Filmes, 1995.

Cartaz da VIII Janela Internacional de Cinema do Recife, disponível em <[www.ancine.gov.br](http://www.ancine.gov.br)>. Acesso em 20 agosto de 2016.

CURY, Isabelle (org.). **Cartas Patrimoniais. Edições do patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

Edificações situadas ao longo da Avenida Boa Viagem no princípio do século XX, disponível em <[www.eucurtorecife.com.br](http://www.eucurtorecife.com.br)>. Acesso em 20 agosto de 2016.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2006.

ICOMOS. Declaração de Sofia. 1996. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Sofia%201996.pdf>>. Acesso 20 de setembro de 2016.

MENDONÇA FILHO, Kleber. Aquarius. Filme. Brasil: Vitrine Filmes, 2016.

PEREIRA, José Nilson Andrade. **Renovar Preservando: Os Imóveis Especiais no Recife**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Desenvolvimento Urbano UFPE, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

RECIFE. Decreto nº 13.957 / 1979. In: PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Preservação de Sítios Históricos. Recife, 1981.

\_\_\_\_\_. Plano Diretor da Cidade do Recife, Lei Nº 17.511. Recife: Diário Oficial, 2008.

SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. Tradução de Marisa Barda e Pedro M. R. Sales. São Paulo: Editora Perspectiva, 2007.

UNESCO. Recomendação sobre as Paisagens Históricas Urbanas. 36ª Conferência Geral da UNESCO. Paris, 2011 em <[http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO\\_RECOMENDACAO.pdf](http://psamlisboa.pt/wp-content/uploads/2014/03/UNESCO_RECOMENDACAO.pdf)>. Acesso em 23 de setembro de 2016.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Agricultura Camponesa 1, 3, 4, 11

Análise de Discurso 76, 81, 82, 84, 95

Análise Dialógica 141, 142, 144

Atendimento Pré-Hospitalar 186, 187, 190

### C

Ciência 1, 3, 8, 9, 10, 39, 41, 42, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 111, 123, 142, 153, 176

Comunicação 28, 29, 35, 76, 78, 83, 84, 96, 104, 106, 145, 206, 207, 208, 218

Comunidades Quilombolas 153, 154

### D

Defensa 63, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 73, 74

Delimitação de Campo 54

Diretoria da Instrução 164, 165, 166, 167, 171, 173

### E

Economia Política 37, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62

Empoderamento 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

Enfermagem 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 193

Enfermeiro 180, 181, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Engenharia Humana 174, 177

Escola Técnica 141, 142, 143, 145, 146, 148, 151

Estresse Emocional 186

Etnobotânica 153

### F

Fortificación 63, 69

Frontera Militar 63, 64, 71, 72

### G

Gestão Metropolitana 43, 45, 47, 49, 50, 51

### H

Higiene Pública 164, 165, 167, 168, 170, 172

## **I**

IIRSA 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115

Inspeção da Instrução 164, 165, 168, 170

Integração Sul-Americana 98, 101

## **J**

Jardim Romântico 129, 130, 131, 140

## **L**

Laicização da Cidade 129, 132, 138

Lucro 5, 39, 40, 41, 42, 90

## **M**

Meio Ambiente 10, 39, 41, 57, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 111, 112, 114, 115, 144, 155, 202

Monocultura 6, 39

## **P**

Paisagem Urbana 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151

Pensamento Burguês 54, 56

Pensamento Socialista 54, 56

Plantas Medicinais 153, 154, 155, 161, 162

Políticas no Campo 1

Políticas Públicas 1, 2, 4, 5, 6, 16, 76, 90, 93, 94, 95

## **R**

Riscos Ocupacionais 174, 175, 176, 177

Rocaille 129, 130, 131, 134, 135, 137, 138, 140

## **S**

Saber Popular 153

São Paulo 11, 12, 21, 36, 37, 38, 42, 52, 53, 62, 90, 93, 96, 110, 114, 115, 128, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 150, 152, 161, 162, 182, 193, 200, 207, 208, 217

Saúde do Trabalhador 174, 176, 177

Subjetividade 43, 45, 46, 53

Subjetividade Política 43, 45, 47, 48, 49, 50

Subjetividade Social 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52

## T

Terceiro Setor 76, 77, 78, 79, 80, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Território 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 30, 34, 38, 100, 106, 110, 112, 113, 129, 132

Transgênicos 39, 40, 41, 42



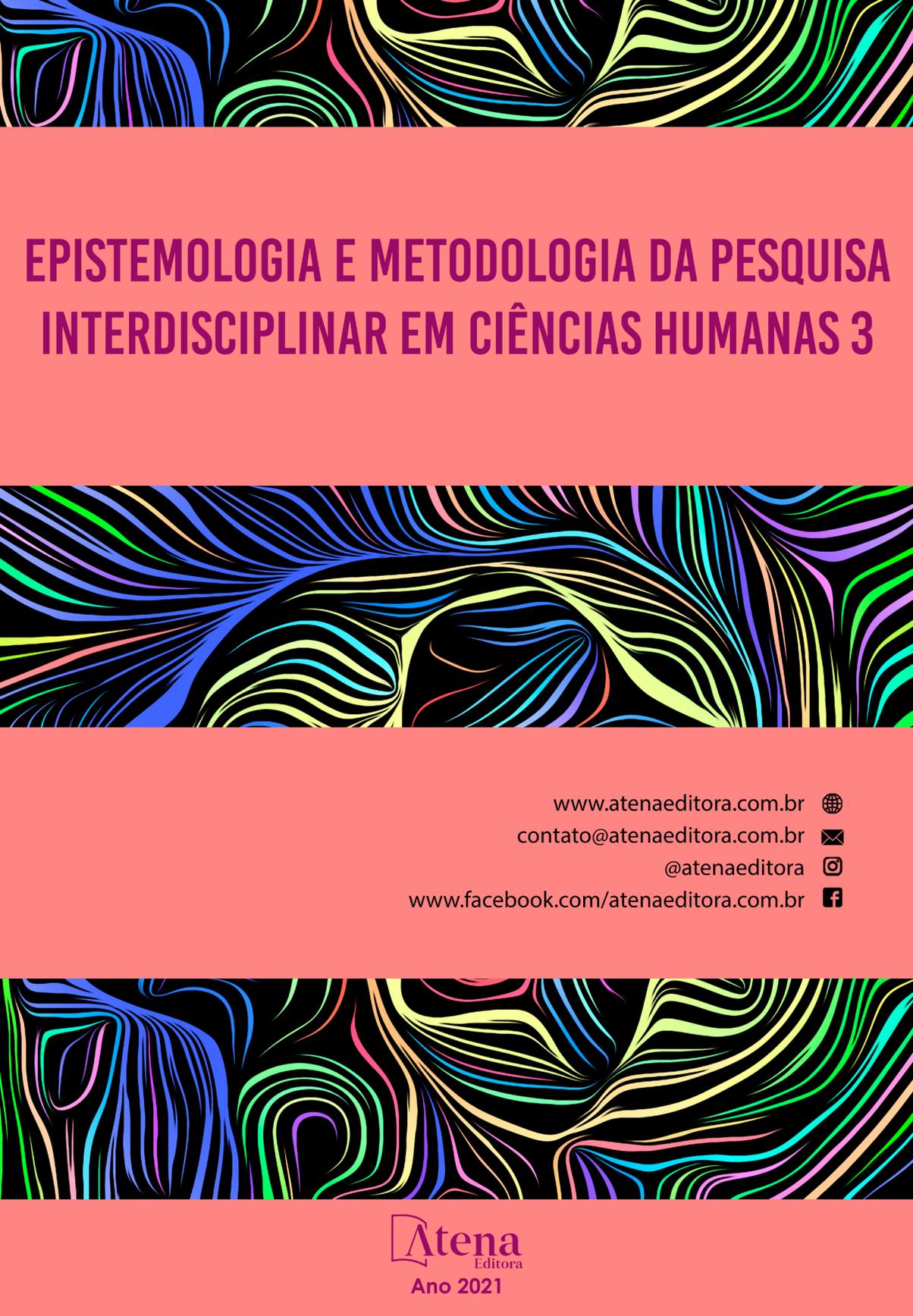
# EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

[www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br) 

[contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br) 

[@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora) 

[www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br) 



# EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 